

Eixo Temático

4. Educação no Campo, Formação e Trabalho Docente

Título

FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA DO CAMPO (PROCAMPO): EMERGÊNCIA E PERCURSOS FORMATIVOS

Autoras

Marly Cutrim de Menezes
Sueli Borges Pereira dos Santos

Instituição

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Instituto Federal do Maranhão – IFMA

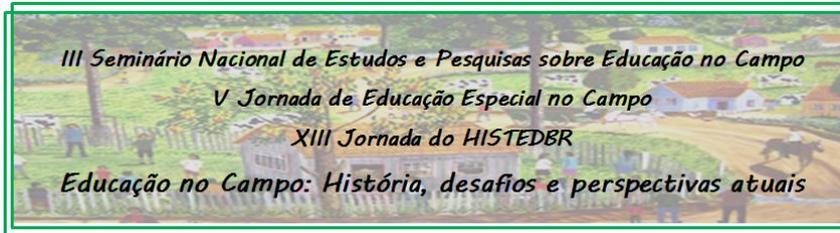
Palavras-chave

Política; Políticas Públicas; Formação de Professores e PROCAMPO.

Resumo

Focaliza o processo de formulação da política de formação de professores, como uma política pública para a educação do campo. Revela a importância desta política para atender a educação do campo no sentido de formar os educadores do campo na graduação que concluíram o curso de Ciências Agrárias, que reafirma as conquistas da educação do campo. Destaca-se o Programa de Formação Superior em Licenciatura do Campo com habilitação em Ciências Agrárias (PROCAMPO), sua emergência e o percurso formativo do componente curricular Estágio II. Descrevem-se as práticas pedagógicas desenvolvidas no segundo semestre de 2011 por meio de um projeto de intervenção para a comunidade do povoado, com objetivo de envolver os trabalhadores rurais, lideranças, jovens da comunidade de São José da Conquista, local que foi desenvolvido e concretizado, fazendo parte do estágio, complementando outra etapa da prática de ensino dos professores do campo de forma diversificada e transformadora, dentro de uma realidade complexa que é a educação do campo que tem como meta formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio para atuar nas áreas de Ciências Agrárias, desenvolvendo dentro de uma pedagogia interventiva, produtiva e reflexiva. dando um enriquecimento à prática dos estagiários, oportunizando um maior conhecimento e construção de um espaço de troca entre estagiários e a comunidade da zona rural, refletindo sobre os princípios da educação do campo possibilitando inovações.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

A partir da década de 1990, a educação brasileira passou a ser reformada em todos os níveis de modalidade. Especificamente no que se refere à formação de professores, estabelece-se uma tendência em considerar a formação como elemento básico das reformas.

A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) determina que o professor que atua na educação básica deve ter formação superior. O programa PROCAMPO foi criado especialmente para atender esse déficit de professores do meio rural, os quais não possuíam tal formação.

No presente texto, desenvolvemos reflexões acerca do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura do Campo (PROCAMPO) como política pública, destacando sua emergência bem como alguns percursos formativos. Partindo desse objeto de estudo, o trabalho foi organizado em quatro tópicos. O primeiro aborda o tema do trabalho e sua organização. No segundo tópico, busca-se discutir a formação de professores como política pública destacando alguns significados atribuídos aos termos, política, público e as interfaces entre os termos para em seguida abordar o que são políticas públicas.

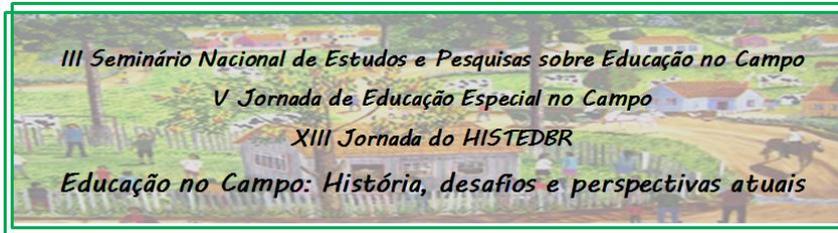
No terceiro tópico, são tecidas considerações acerca da Formação Superior em Licenciatura do Campo (PROCAMPO) como política pública, esboçando uma experiência de um projeto de intervenção do Estágio Supervisionado no Município de Lago do Junco, no povoado São José da Conquista Estado do Maranhão.

Formação de Professores como Política Pública

A vida em sociedade é complexa e envolve diferentes interesses que geram conflitos. Para tornar possível a convivência, os conflitos precisam ser administrados, sendo a política uma das formas de mediação.

O senso comum atribuiu à política um sentido pejorativo, como algo maléfico à sociedade, As pessoas costumam alegar que política é “coisa” para político, portanto, elas nada têm a ver com isso,

Em Chauí (1994, pp. 368-369), encontramos diferentes significados do termo política os quais estão intimamente inter-relacionados.



1. Significado de governo, entendido como direção e administração do poder político, sob a forma de Estado,
2. O significado de atividade realizada por especialistas-os administradores-os partidos-, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado [...]
3. O significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, uma tanto secreta, cheia de interesses particular dissimuladores e frequentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meio ilegítimos [...].

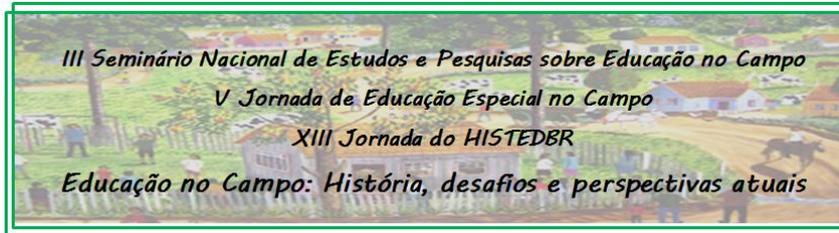
Os termos político e público carregam significados que se cruzam. O significado da expressão público quer dizer o que diz respeito ao povo, que pertence ao Estado, derivado de *populus*, povo, oposto de *privatus*, privado, particular (MORFAUX, LEFRANC, 2005).

Nesse sentido, os referidos significados podem servir de pressuposto para fundamentar as políticas públicas enquanto:

[...] uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferente sujeito, que apresentam interesses expectativas diversas, Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões, constituídas por jogos de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos, e sociais. Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente [...] Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente a lógica de acumulação capitalista (SILVA & SILVA, 2001, p, 37-38).

A formação de professores é imprescindível para uma educação de qualidade. Nesse contexto, essa formação se configura como uma política pública, uma vez que cabe ao Estado garantir que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso à referida educação.

O debate e a ênfase na necessidade da formação de professores como política pública não é recente. No Brasil, são retomados de forma veemente na década de 1980



com a 1ª Conferência Brasileira de Educação, realizada em São Paulo pelos segmentos progressistas do campo educacional.

Por outro lado, o impacto das políticas educacionais internacionais e nacionais sobre os sistemas educativos, redundou também na emergente discussão sobre a formação de professores como uma das principais metas para o enfrentamento e superação dos trágicos problemas educacionais, tais como, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, a repetência, a defasagem idade/série e evasão escolar.

Neste sentido, a formação de professores se torna socialmente problematizada, demandando a intervenção do Estado, em prol de uma mudança qualitativa no trabalho educacional no interior das escolas.

Formação Superior em Licenciatura do Campo (PROCAMPO) como Política Pública

As políticas públicas passaram a ganhar centralidade como campo de estudo no Brasil no início da década de 1980 concomitantemente com o processo de abertura do processo democrático.

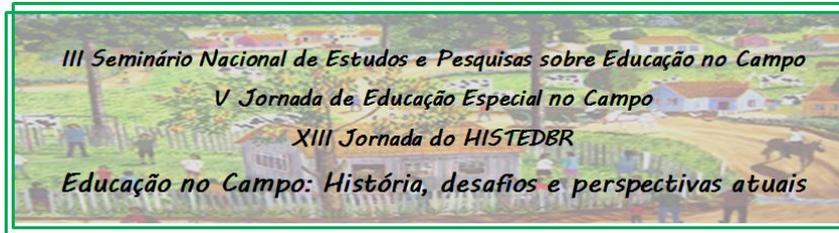
Nesse sentido, a afirmação das políticas públicas emerge num contexto que permitia publicizar as consequências das políticas empreendidas pelo regime autoritário as quais contribuíram para aprofundar a negação dos direitos sociais à maioria (AZEVEDO, 1997).

No que concerne à educação, a negação a esse direito é histórica, basta recorrermos às pesquisas de Otaíza Romanelli (1993), Maria Elizabete Xavier (1992) que se dedicam aos estudos das políticas educacionais brasileiras, articulando-as com a estrutura social dos diferentes períodos.

Para Jobert e Muller (apud AZEVEDO, 1996-1997) a política educacional parte de uma totalidade maior, deve pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio de ação do Estado. Sois, pois as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e, por isso, são definidas como sendo o “Estado em ação”.

Tomando como base a história, para compreendermos como vem se organizando a educação escolar brasileira, constatarmos que a política educacional tem vinculações

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



com os determinantes políticos e sociais. As definições sobre ela se concretizam na escola e principalmente na sala de aula. Nesse sentido, o cotidiano escolar representa:

O elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma política – entendida aqui como um programa de ação Política que, nesta forma de compreensão diferencia-se do significado de políticas das relações políticas, ou da política domínio (AZEVEDO, 1997, p. 57).

A escola e sociedade se determinam mutuamente, o currículo depende dos condicionalismos econômicos existentes numa dada sociedade os recursos educativos, a valorização da carreira dos professores, as expectativas profissionais dos alunos, as opções curriculares dos alunos a pressão dos grupos econômicos na escolha das áreas de conhecimento, etc.

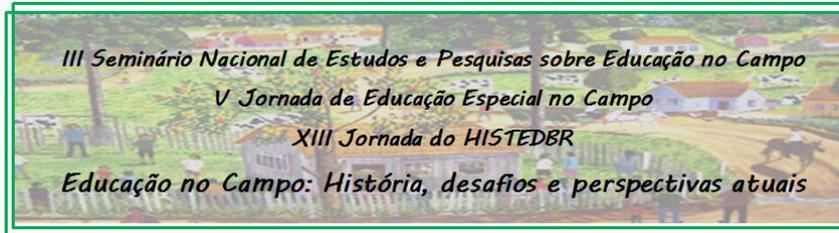
A exemplo desta vinculação entre o projeto ou modelo de sociedade vigente, vem sendo realizada uma série de reformas educacionais em todos os níveis, no currículo, na implantação e implementação dos sistemas avaliativos e na formação de professores.

O discurso oficial vem responsabilizando os professores pelo fracasso escolar, que marca o cenário educacional no país. Tendo em vista que o fracasso decorre pela falta de preparo dos mesmos, Assim, busca-se legitimar a intervenção do Estado mediante a formulação de políticas de formação de professores.

A formação passa então, a constituir-se numa questão socialmente problematizada. Um problema a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado.

Atualmente se destacam vários programas de formação de professores tais como, Programa nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Especial de Formação de Professores (PROEB), Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), entre outros.

Neste trabalho, focalizamos o Programa de Apoio à Formação Superior Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) com habilitação em Ciências Agrárias, particularmente na Universidade Federal do Maranhão.



O PROCAMPO nasceu das proposições da II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, realizada em 2004. Iniciou sua construção em 2005, no MEC, por meio de uma comissão instituída pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e com a participação de representantes do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa Agrária (ITERRA).

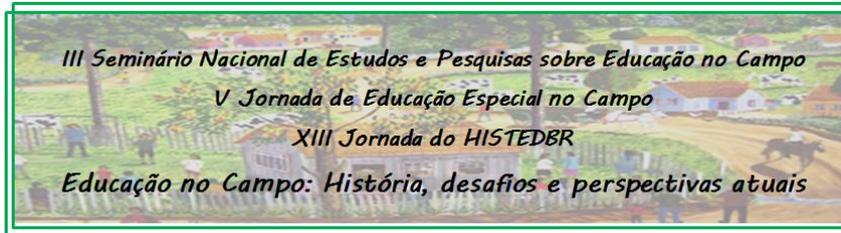
No ano de 2008, o Ministério de educação criou o PROCAMPO, com a publicação do Edital nº 2, de 23 de abril (MEC) com chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior. Na falta de programas voltados para a educação de nível superior no campo e para o campo, com qualidade social, a UFMA apresentou um projeto de para formação de professores de educação básica, nas escolas situadas nas áreas rurais do estado do Maranhão.

O PROCAMPO tem a finalidade de desenvolver os cursos de licenciatura que prepare os educandos para atuação técnica, social e política nas escolas campo, visando à melhoria das condições educacionais e integrada a um projeto de desenvolvimento sustentável, respeitando as especificidades de sua cultura. O curso está sendo desenvolvido dentro da realidade concreta do campo maranhense, para transformação de sua realidade numa perspectiva emancipatória. O projeto PROCAMPO foi aprovado no momento em que o Maranhão ainda tem um quadro insuficiente de professores com nível superior, atuando nas escolas do campo.

Dentre os objetivos gerais do PROCAMPO, está o de formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio para atuar nas áreas de Ciências Agrárias, levando em consideração a realidade social e cultural do campo.

Os cursos têm um currículo voltado para o incentivo da agricultura familiar como instrumento de desenvolvimento sustentável do campo e do país, e teve duração de quatro anos, divididos em tempo escola (estudo presencial intensivo) e tempo comunidade (tempo de estudo pesquisas e práticas pedagógicas orientadas desenvolvidas nas comunidades e espaço de atuação profissional do aluno). Os dois cursos tiveram momentos comuns de estudo no que se refere às disciplinas do núcleo básico e no momento de estudo específico de acordo com habilitação, os alunos cursaram as disciplinas específicas de sua área de habilitação.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



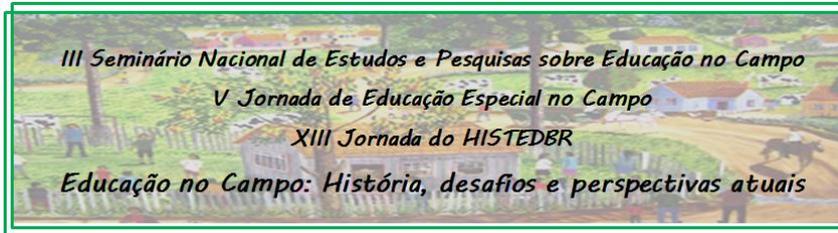
A proposta pedagógica é de um currículo relacionado com a cultura do campo, objetivando a educação do educador, contribuindo para melhorar as condições de vida da comunidade do campo, desenvolvendo um trabalho de forma crítica, problematizadora e reflexiva entre a aprendizagem e a realidade vivida, sem negar a cultura de origem do campo e que este trabalho na terra é para tirar dela a sua subsistência. Nesse sentido, os componentes curriculares estão embasados nessa concepção de currículo.

Para ilustrar como se desenvolve a proposta pedagógica esboçamos a experiência com o Estágio II trabalhado em no segundo semestre de 2011. Aqui, cabe destacar que o Estágio II, tem como objetivo proporcionar ao estagiário contato direto com a realidade do campo, na proposição de desenvolvimento de ações interventivas, que resultem em impactos positivos na realidade vivenciada, bem como venham proporcionar a interação do futuro professor do campo com o espaço e os diversos sujeitos onde a escola está inserida.

O Estágio iniciou-se com a execução do projeto coordenado pela professora da disciplina, com o objetivo de envolver os trabalhadores rurais, lideranças e jovens da comunidade de São José da Conquista povoado de Lago do Junco, reforçando o que preconiza (Pimenta, 2004, p 36), “o Estágio deve proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa”.

Na primeira etapa os alunos do PROCAMPO desenvolveram o estágio curricular com aulas ministradas nas escolas do campo e a segunda etapa foi a construção e execução de projetos de intervenção de acordo com as necessidades da escola e da comunidade considerando que o estágio deve ser um dos momentos de formação do professor, para que este vivencie a realidade escolar, desenvolvendo uma atitude investigativa em sua futura atividade profissional.

Para dar início a segunda etapa os estagiários convocaram uma reunião com as lideranças, a os gestores da escola municipal, pessoas da comunidade e movimentos sociais, tendo em vista uma construção coletiva. Fizeram o planejamento junto à associação dos trabalhadores e o grupo de convidados para realizar um levantamento sócio-histórico cultural do povoado, por meio de relatos orais para fazer o diagnóstico



da comunidade, considerando que não há documentos oficiais escritos. Nessa reunião, chegaram à conclusão de que deviam desenvolver o projeto com o tema “São José da Conquista: Contando história e fazendo história na roda em movimento”. O intuito do projeto foi resgatar a história, o passado e sensibilizar o futuro da comunidade, com o objetivo de estudar e pesquisar o processo de luta e constituição da comunidade no município de Lago do Junco, nos anos de 1970 a 2011. Desta forma, os desafios, as conquistas e a identidade cultural ficaram registrados e foram reconhecidos pelas futuras gerações, contribuindo para integração e socialização da história local.

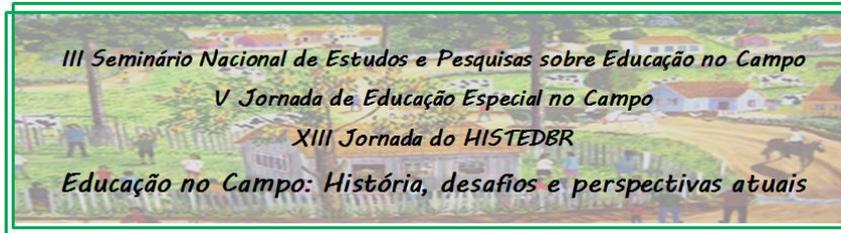
Com efeito, o objetivo do projeto é dar aos estagiários a oportunidade de planejar e executar suas ideias e o seu trabalho, já que o futuro professor deve ter uma ação eficiente na Escola Campo. “É necessário que o estagiário seja assumido e, cada vez mais, trabalhado com um campo de investigação e produção de conhecimento, que precisa sempre de novos olhares.” (LIMA, 2004, p. 252)

O projeto foi elaborado e organizado por períodos programados, de acordo com a disponibilidade de tempo das famílias, que optaram pelos finais de semana e feriados e, dependendo das necessidades, se reuniam à noite.

As fases dos projetos foram assim constituídas:

No primeiro momento, os estagiários fizeram questionamentos e falaram da luta e resistência que demandam acesso à terra e condições de vida nela, além de moradia, alimentação, educação, no período de 1970 a 1980. Neste momento, as pessoas da comunidade foram levadas a discutir e falar sobre as lutas e conquistas, contando as suas histórias, o que gerou um diagnóstico da comunidade, podendo resgatar a vivência das famílias criação de associação com espírito de coletividade de mudança e refletindo sobre as dimensões política, cultural, produtiva e econômica, que contribuiriam para a consolidação da comunidade. Desta forma, foi possível conhecer a história local por meio de relatos orais, com a socialização dos resultados.

No segundo momento do projeto, fez-se o estudo e discussão da luta pela terra em um contexto nacional, estadual e municipal, com palestra ministrada pelo grupo de estagiários, relatando a repressão, resistência e luta pela terra, fato que gerou mais discussões entre os estagiários, as lideranças da comunidade e de movimentos sociais que motivou um debate coletivo, alcançando o objetivo de identificar as conquistas



decorrentes do processo de luta. Ainda nesse momento, os estagiários organizaram uma atividade dividida entre os grupos junto à comunidade, para construir uma linha do tempo com a finalidade de resgatar os passos percorridos pelas famílias no período de 1970 até os dias atuais.

A atividade procurou também deter-se na questão da educação com o objetivo de colocar no papel a história, ou seja, as causas que levaram às lutas e destacar os fatos que marcaram todo o processo. O resultado dessa atividade coordenada pelos estagiários foi exposto ao coletivo pelos próprios agricultores em um encontro na associação de moradores, envolvendo a comunidade do povoado.

Considerações Finais

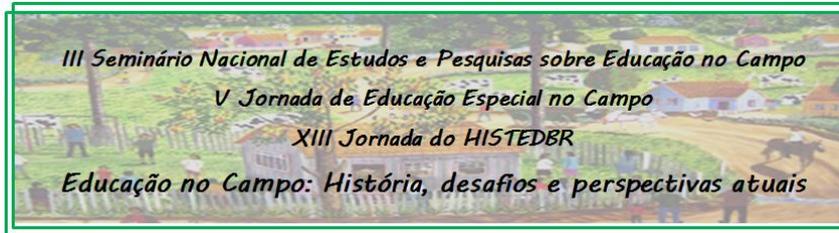
O objetivo do trabalho consistiu em analisar o PROCAMPO como uma política pública voltada para a formação de professores destacando a sua emergência e o percurso formativo do componente curricular Estágio II.

Por meio do Estágio II, os estagiários puderam experimentar na prática a relevância de “compreender o mundo, os outros e a si mesmo, bem como as interações entre estes vários componentes, sendo capaz de intervir estabelecendo o alicerce para a vivência e a cidadania”. (ALARCÃO, 2003, p. 23)

Diante de vários programas para Educação do Campo, faz-se necessário que as políticas voltadas para essa educação tenham como objetivo a humanização de seus sujeitos por meio de tarefas específicas que lhes são atribuídas e que atendam ao mesmo tempo às particularidades dos processos sociais de seu tempo histórico.

Nesse sentido, podemos perceber a importância do Estágio para o desenvolvimento profissional juntamente com a elaboração e execução dos projetos que fazem parte da disciplina, gerando assim um enriquecimento da prática dos estagiários. A experiência do estágio dá oportunidade para que se adquira maior conhecimento e se construa um espaço de troca entre os estagiários e a comunidade da zona rural, oferecendo uma aprendizagem mais dinâmica e incentivando os jovens da comunidade a se sentirem sujeitos da história ao terem sua identidade valorizada.

Os estagiários foram envolvidos na docência, no planejamento e na execução do projeto. A autonomia e a criatividade dos estagiários durante o desenvolvimento do



projeto aconteceu de forma prazerosa, com resultado positivo, foi uma, atividade complementar diversificada e transformadora, dentro de uma realidade bastante complexa, que é a educação do campo, cujo objetivo é formar professores que possam atuar na educação básica em escola do campo, aptos a desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação dos sujeitos humanos autônomos e empreendedores, capazes de produzir soluções inerentes à sua realidade pautada no desenvolvimento sustentável do campo e do país.

A Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias tem relevante potencial para contribuir com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo devido ao fato de trabalhar com educadores que vêm do campo e que conhecem as condições de vida de seus educandos.

É pertinente reconhecer os limites e as lacunas do programa PROCAMPO, entretanto, devemos considerar a consistência desse curso e as novas epistemologias, as práticas pedagógicas e a relevância para professores e alunos que concluíram, uma formação em nível superior. A atuação deste programa redimensionou positivamente as práticas pedagógicas dos professores do campo, do curso de Ciências Agrárias do PROCAMPO.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 56).

BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394 de 1996**. Brasília, 1996.

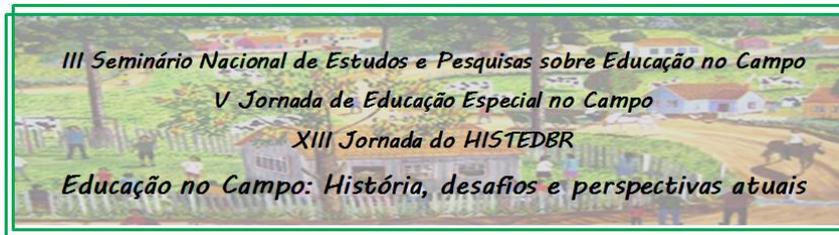
CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994, 440p.

PIMENTA, Selma Garrido; GHENDIN, Evandro (Orgs). **Professor reflexivo: uma gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação do Brasil**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectiva**. 7 ed. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 2001. 173 p (Núcleo de pesquisa, 6).

SILVA & SILVA, M. (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. São Paulo Publifolha. 2010.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015